

Escravo e Cidadão nas visões sobre a guerra em Aristóteles e Xenofonte

Alexandre de Paiva Rio Camargo, mestrando em História Antiga/UFF

Introdução

Este trabalho tem por objetivo compreender a mudança operada na percepção natural da guerra entre os gregos do período clássico, a partir do episódio da liberação da Messênia e do consequente desmonte do Hilotismo, em 370 a. C. Trata-se de relacionar este acontecimento fundamental do mundo helênico ao avanço do mercenarismo e ao declínio do espírito público vivenciados em Atenas no século IV. Com efeito, Diante do relativo anuviamento das outrora rígidas categorias de cidadão e não-cidadão, buscaremos apreender as aproximações e descontinuidades do Ethos aristocrático presente nos diferentes esquemas interpretativos de Aristóteles e Xenofonte, atentando para suas tentativas de restaurar a isonomia a partir da fundação de uma nova hierarquia no nível discursivo.

1) Guerra e ideal de cidadania na *polis* do século IV

É na relação indissociável entre política e guerra que encontramos o ideal hoplítico. Os critérios censitários de participação política, estabelecidos por Sólon, tinham por base justamente a capacidade dos atenienses de custearem o próprio armamento. Foi na falange hoplítica que nasceu o espírito público, já que os soldados lutavam em grupo, de forma coesa, e não mais enquanto indivíduos, como nos tempos homéricos. É a revolução hoplítica que promove a democratização da função guerreira e o enfraquecimento das distinções sociais. A transformação da atividade guerreira em prerrogativa do cidadão em Atenas restringiu a contribuição militar da aristocracia ao serviço pessoal, relegando à nobre cavalaria um papel diminuto, e não permitindo que ganhassem capital simbólico ao lutar com seus dependentes. Isto ocorreu enquanto

expressão do poder da classe hoplita. Paralelamente, o “feito heróico” desaparece. O sucesso na guerra não é mais resultado da ação de um indivíduo excepcional, divinamente inspirado. Ao invés disso, a vitória é celebrada em honra da cidade, como expressão da comunidade cívica¹. A derrota, por sua vez, é cantada por ocasião das orações fúnebres, em que os mortos em guerra são homenageados, sendo momento privilegiado de reafirmação da identidade da cidade e da *philía* entre os homens.

No século IV, assistiremos ao desaparecimento das assembléias realizadas em pleno campo de batalha, em que as estratégias militares eram discutidas e votadas e o estrategista prestava contas para a “cidade em armas”, os cidadãos-soldados. A democracia de Atenas dependia, por um lado, das obras públicas, da construção de templos e teatros, cujo acesso era fomentado pelo Estado, enquanto atividades cívicas, através da redistribuição de bens para os mais pobres. Dependia, por outro lado, de uma relativa equalização econômica entre os cidadãos, pressupondo o tempo ocioso para o exercício da atividade política. O *misthos heliastikos*, remuneração da ocupação de cargos públicos, e o soldo de guerra desempenhavam esse papel fundamental. Eram a captação de recursos e o constante “estado de guerra” proporcionados pela confederação marítima que alicerçavam a democracia. A perda da hegemonia no Egeu, após a guerra do Peloponeso, deixou carente uma população urbana que fazia do soldo de guerra o complemento de sua renda e refreou as obras públicas que movimentavam a economia cidadina e respondiam pela mobilização política. Além disso, o encarecimento do custo de vida nas cidades e as crises agrícolas que atingiam o campesinato forçaram muitos a vender sua força de trabalho e produzir para o mercado, contrariamente ao ideal campesino da não-sujeição. Outros, em condições mais graves, tiveram, inclusive, que alugar a si mesmos como mercenários. O que se nota, assim, é a decadência da

centralidade da guerra hoplítica, na qual a nova instituição do mercenariato tem papel de destaque.

O profissionalismo militar emergiu no corpo cívico desde o fim do século V, quando as urgências da guerra do Peloponeso dispensaram cada vez mais os critérios censitários e abriram para a categoria dos tetes o acesso à falange hoplítica. Em paralelo, desenvolve-se a autonomia dos estrategos frente às instâncias políticas da cidade, em decorrência do afastamento dos terrenos de operação e à violência dos combates que levava à busca de um salvador a título individual. A glorificação pessoal do chefe conjugada com a carência de recursos para a manutenção dos mercenários conduzia à emancipação dos magistrados militares, responsáveis, em parte, pelo financiamento destas tropas.

Finalmente, temos o problema da guerra entre os gregos. A partir da guerra do Peloponeso, o que se nota é que o conflito passa a ocorrer em localidades distantes, o que é facultado pela crescente importância da guerra naval. Marcada pelos grandes empreendimentos militares e amplos sistemas de alianças, este tipo de guerra foi ocasionado pela falência da ética hoplítica que orientava os conflitos por meio de uma regulamentação consensual e da preocupação em limitar as mortes e os danos materiais, definindo-se a vitória pela aquisição das fronteiras do inimigo tendo em vista a sua imobilização.

2) Guerra e Escravidão: as inversões

Diante da crise da *polis*, como Aristóteles e Xenofonte reagem à diluição gradual da polarização entre as categoriais sociais do escravo e do cidadão, muito bem definidas no século V? Como situar o escravo diante das transformações do exército – o mercenarismo e o enfraquecimento do ideal hoplita- do ressurgimento de uma hierarquia, no seio do exército, entre comandantes e comandados, e da utilização pelos aristocratas

de dependentes pessoais na guerra, o que havia sido antes barrado pela equalização hoplítica? Devemos relacionar as clivagens ideológicas que informam o pensamento dos autores gregos e as práticas sociais reais de atuação e interação do escravo dentro dos quadros institucionais da *polis* clássica.

Uma questão teórica central para o nosso estudo é a da naturalidade da guerra para os gregos. A guerra é um fato natural, acerca do qual nada pode ser feito. É a partir desta localização da guerra no reino da *physis* que a ética aristocrática construirá a hierarquia, ao dividir os homens entre os que comandam e os que são comandados. O desempenho na guerra desvela a natureza das coisas, ao diferenciar o vitorioso livre do derrotado escravo. Sobressai, assim, dos tempos homéricos ao período clássico, uma identidade entre guerra e cativo. Enquanto resultado da guerra, o cativo é justo.

Xenofonte nos oferece uma radicalização da concepção grega de que a dinâmica interna da personalidade corresponde às relações sociais exteriores. Em suas obras, o comando militar é justificado pela moral, atribuindo ao sucesso militar o auto-domínio, a coragem e a dureza. A guerra surge como teste da natureza interior dos combatentes, atualizando-aⁱⁱ. O sucesso legitima o governo e a hierarquia social. Por conta disso, faz da derrota a legitimidade da escravidão, considerada justa por ter sido avaliado o caráter do escravizadoⁱⁱⁱ.

No entanto, essa concepção consagrada da guerra, tipificada em Xenofonte, se verá abalada pelo episódio de fundação da Messênia, por Tebas, em 370/69. A revolta hilotas, que nela se caracteriza, silenciada pelos historiadores gregos, sugere o incômodo neles provocados pelos escravos problemáticos de Esparta. Xenofonte descreve a Messênia, uma vez livre, como cidade grega, formadora, junto a Tebas, da Liga do Peloponeso, e reconhece, como gregos, os antigos escravos rebeldes. Os historiadores, Isócrates e Xenofonte em especial, ao tratarem do tema, traçam uma genealogia da Messênia que descarta a experiência histórica da escravidão, ao localizar suas origens no

passado mítico. Assim, silenciam sobre a transição. De escravos, os messenos passam a gregos, sem que qualquer transição seja mencionada. Para esta historiografia, “insistir que os messenianos eram *douloi*, lugar comum antes de 370, significava subverter a dicotomia entre escravos e livres, mais do que mostrar a indignação contra a Messênia”^{iv}. Se, segundo o pensamento de Xenofonte, o domínio é justificado pelo sucesso na guerra, também a insurreição agora seria legitimada. Tal é a razão pela qual Xenofonte censura, pela omissão e condenação velada, os messenianos, classificando-os primeiro como escravos, depois como livres.

Em decorrência deste acontecimento central, o desmonte do hilotismo e a diáspora messênica, surgem profundas modificações no pensamento ateniense. Teremos uma verdadeira inversão dos termos em Aristóteles. Se, em Xenofonte, dada a identidade entre guerra e cativo justo, a força era determinada pelo direito ao domínio, em Aristóteles, a primeira determinará o segundo, já que a justiça da escravização estará condicionada, pela primeira vez na história, aos aspectos contingenciais e específicos da guerra. Esta é a razão pela qual Aristóteles dividirá as guerras entre justas e injustas^v.

Dessa forma, é justa a identidade entre guerra contra os bárbaros e aquisição de escravos e injusta a identidade entre guerra contra gregos e a tradição para a qual a pessoa do vencido em guerra pertence ao vencedor.

Com efeito, o evento de criação da Messênia também gerou as condições para a crítica da escravidão. Não se critica a instituição da escravidão, mas a arbitrariedade da escravização. Ou seja, pela primeira vez, como resultado da desvinculação entre guerra e cativo justo, é possível o argumento que entende a distinção entre senhor e escravo como um fato da ordem do *nómos*^{vi}. Para os chamados opositores da escravidão, sobre os quais tão pouco se sabe, a caracterização da escravidão pela derrota em guerra é uma convenção. Se seguirmos Cambiano, a premissa desse argumento, ao avaliar negativamente o *nómos*, tem na *physis* o seu pólo positivo, equalizando os homens por

natureza^{vii}. Baseados em propriedades naturais, igualavam o corpo dos homens livres ao dos escravos.

Para nós, o objetivo da distinção, em Aristóteles, entre guerras justas e injustas é o de resgatar a equivalência naturalizada entre guerra e escravidão. Se a guerra da Messênia possibilitou uma concepção convencional da escravidão, também facultou o seu oposto. Não havendo mais um modelo que considere um grupo assemelhado de gregos um tipo ideal de escravos, é possível a universalização do escravo-mercadoria ateniense. No momento em que o *outro* estrangeiro, bárbaro degenerado, desenraizado e alienado, assume as feições por excelência do escravo natural, Aristóteles recupera a identidade entre guerra e escravidão.

3) Os esquemas interpretativos de Aristóteles e Xenofonte: continuidades e rupturas do *ethos* aristocrático

Identidade que Aristóteles fundará na idéia de escravidão natural. Assim como o corpo está para a alma, o escravo natural, despossuidor de qualquer capacidade deliberativa e tendo com única virtude a de servir, compõe um conjunto inseparável com seu senhor. Tem como seus os interesses deste último e depende da deliberação senhorial para agir e viver. Encontramos um mutualismo, uma comunidade de interesses entre senhor e escravo, condição mesma da realização do que o escravo, por si, tem apenas em potencial^{viii}.

Desse modo, o escravo, em Aristóteles, é o elemento que dispensa ao cidadão o trabalho. Ao viabilizar a vida cívica saudável e dignificar a cidadania, o escravo se constitui como categoria que desqualifica o trabalho manual e a prestação de serviço do assalariado^{ix}. Estabelece, portanto, uma gradação qualitativa entre as duas categorias. O artesão não possui uma essência natural, não é nem senhor, nem escravo e nem se situa entre os pólos. É na falta da dupla experiência do mandar e do obedecer, na

impossibilidade de o artesão aprender a virtude do cidadão, que Aristóteles se baseia para excluí-lo à cidadania^x.

A insistência de Aristóteles a respeito da inconveniência de que o cidadão se ocupe de atividades manuais ou lucrativas, para além da administração de seu próprio patrimônio, vai de encontro às prescrições de Xenofonte no *Econômico*, em que a produção da riqueza e a reprodução do patrimônio devem ser levadas a cabo por terceiros que conheçam a arte da *oikonomia*, a administração doméstica, mesmo que não sejam eles próprios proprietários, condição da cidadania. Para Xenofonte, riqueza é toda coisa de que alguém sabe extrair benefício, pressupondo o conhecimento e a atividade. Também encontraremos em sua obra um esboço de uma divisão ideal do trabalho, não tanto originária por natureza, quanto derivada de uma melhor organização social^{xi}. E o artesão é a célula básica desta divisão produtiva.

Tamanhas disparidades num *ethos* comum justificam-se por duas estratégias de diferenciação. Por um lado, num momento anterior, nas décadas seguintes à guerra do Peloponeso, a teoria do comando na guerra em Xenofonte e suas prescrições administrativas no *Econômico* buscam aproximar escravos e trabalhadores assalariados e prestadores, formando um indiferenciado que enfatiza a superioridade aristocrática. O estudo de Wood sobre as ambigüidades lingüísticas nas fontes sobre a escravidão é bastante ilustrativo. O emprego por Xenofonte de uma terminologia imprecisa para se referir a servos e trabalhadores no *Econômico*, como *oiketes* ou *ergazesthai*, não implica um status jurídico particular. Referem-se a serviços domésticos ou trabalho agrícola, respectivamente, sem especificar se são desempenhados por escravos ou trabalhadores livres, “percebendo a diferença entre eles como simples estágios num *continuum* entre escravidão e servidão”^{xii}.

Entretanto, ao contrário da autora, que identifica um núcleo comum, em Aristóteles e Xenofonte, quanto à ética aristocrática, acreditamos que há uma diferença fundamental

entre os dois. Se Xenofonte constrói a hierarquia com base na relativa aproximação entre livres e escravos^{xiii}, Aristóteles, algumas décadas depois, ao conceber os artesãos como meros “animadores de instrumentos”, destituídos de uma relação fundamental que os definisse, enrijecerá as categorias, recrudescendo a polarização entre elas. Como lembra Brion Davis, “de várias maneiras ele expressava seu desejo de uma separação mais nítida entre escravos e homens livres. Fazia objeção aos cidadãos que praticavam os ofícios de seus inferiores, uma vez que isso finalmente tenderia a eliminar as diferenças entre escravos e homens livres”^{xiv}. Depois de Queroneia, a Atenas fraca e dependente não podia nem mais sonhar com a antiga hegemonia, como o fazia nos tempos de Xenofonte e Eubulo. A estabilidade das instituições e dos referenciais dependia, em Aristóteles, de uma hierarquia tributária de categorias sociais precisas, resignificando os critérios que antes as definiam.

ⁱ SOUZA, Marcos Alvito Pereira de. *A Guerra na Grécia Antiga*. São Paulo: Editora Ática, 1988, pp. 35-36.

ⁱⁱ À guisa de ilustração, citemos, por exemplo, esta passagem da *Ciropédia* (3-3-37): “Este dia irá mostrar do que cada homem é capaz”.

ⁱⁱⁱ Ver HUNT, Peter. “Xenophon: Ideal rulers, ideal slaves” In: _____. *Slaves, warfare, and ideology in the greek historians*. Londres: Cambridge University Press, 1998.

^{iv} IDEM. *Slaves, warfare, and ideology in the greek historians*. Londres: Cambridge University Press, 1998, pp. 183.

^v No que se refere às guerras ofensivas, Aristóteles coloca firmemente o princípio segundo o qual apenas são justas as que se praticam “contra os homens que, nascidos para ser comandados, a isso se recusam” (*Política*, 1256b).

^{vi} Lemos no fragmento legado por Alcidas: “A divindade fez de todos livres, a natureza não fez de ninguém escravo” – *Messeníaca*

^{vii} CAMBIANO, Giuseppe. “Aristotle and the anonymous opponents of slavery” In: FINLEY, M. I. (ed.). *Classical slavery*. Londres: University of Cambridge Press, 1987, pp. 34.

^{viii} Ver GARNSEY, Peter. “Aristotle” In: _____. *Ideas of slavery from Aristotle to Augustine*. Cambridge: Cambridge University Press, 1996.

^{ix} Neste sentido, “O escravo participa da nossa vida, o artesão está mais alijado dela. O artesão tem, com efeito, uma escravidão limitada, enquanto o escravo o é por natureza”. Aristóteles, *Política* I,5,1260^A.

^x TOZZI, Glauco. *Economistas griegos y romanos*. México: Fondo de Cultura Económica, 1968, pp. 113.

^{xi} IDEM, *Ibidem*, pp.37.

^{xii} WOOD, Ellen Meiksins. “Slavery and the peasant-citizen”. In _____. *Peasant-Citizen and Slave...* London: Verso, 1988, pp. 51.

^{xiii} Não podemos nos esquecer do tratamento que Xenofonte dispensava aos homens livres carregadores do equipamento hoplita, desqualificando-os, dada a vergonha de servir nessas condições, destinadas igualmente a escravos.

^{xiv} DAVIS, David Brion. *O problema da escravidão na cultura ocidental*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001, pp. 91.